

CONCURSO PÚBLICO - 01/2025



047 - GUARDA CIVIL MUNICIPAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE

1. Para a realização desta prova, você está recebendo este CADERNO DE QUESTÕES. No momento oportuno, lhe será entregue a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
2. Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde à sua opção de cargo e possui 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40. Do contrário, solicite outro ao FISCAL, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Para cada questão existe apenas uma resposta correta, que deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS, com caneta esferográfica de tinta preta. Aquele que utilizar caneta de outra cor assume os riscos da impossibilidade ou de eventuais erros na leitura óptica de suas respostas.
4. Você terá 03(três) horas e 30 (trinta) minutos para responder a todas as questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
5. Nenhum candidato poderá sair da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
6. O PORTE de quaisquer fontes de consulta, aparelhos de comunicação - inclusive telefone celular - e/ou de registro de dados, no recinto da prova, a qualquer momento, caracteriza TENTATIVA DE FRAUDE, procedendo-se à retirada imediata do candidato e a sua ELIMINAÇÃO SUMÁRIA do concurso. Será igualmente excluído o candidato surpreendido em comunicação com outros candidatos.
7. Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver a FOLHA DE RESPOSTAS devidamente ASSINADA, bem como este CADERNO DE QUESTÕES, o qual somente poderá ser levado pelo candidato 30 minutos antes do horário previsto para o término da prova.
8. Os 03 (três) últimos candidatos a concluírem a prova deverão sair juntos e assinar em local apropriado na ATA DA PROVA. Não deixe de também assinar a LISTA DE FREQUÊNCIA.
9. Este CADERNO DE QUESTÕES e o GABARITO OFICIAL serão divulgados após a aplicação desta prova, no endereço eletrônico www.institutolegatus.com.br, no prazo previsto no edital do concurso.
10. Por ocasião da divulgação do resultado preliminar, o Instituto Legatus disponibilizará, para consulta, cópia digitalizada de sua FOLHA DE RESPOSTAS.

LÍNGUA PORTUGUESA

Como uma teoria da motivação humana mostra que jogos de tabuleiro podem ser os presentes perfeitos para qualquer pessoa

Nos finais de ano, é quase inevitável conversarmos sobre a arte e a ciência de presentear. Até dá para evitar, mas eu não quero. Acho fundamental falar sobre isso, dado o quanto de dinheiro desperdiçamos dando coisas que não gostaríamos de ter comprado para pessoas que nem queriam ganhar aquilo. Levantamentos feitos pelo mercado nos EUA e no Reino Unido dão conta de que o equivalente a mais de meio bilhão de reais é gasto em presentes que ninguém quer: lembranças protocolares, acessórios inúteis, objetos de decoração que não agradam.

Mas às vezes somos obrigados a presentear mesmo sem querer: um amigo, um familiar. Seria possível contar com auxílio da ciência para acertar no presente? Haverá algo que todo mundo goste?

De acordo com a Teoria da Autodeterminação, proposta nos anos 1970, existem três necessidades básicas psicológicas básicas de todo ser humano: autonomia – sensação de ter controle e ser livre em suas escolhas; competência – sentimento de ser eficaz, interagir com o ambiente e modificá-lo, desenvolvendo habilidades; e relacionamento – a criação de vínculos, interação entre pessoas, promovendo conexão e pertencimento. Essas necessidades são a base da motivação intrínseca – aquela força que nos leva a fazer as coisas porque queremos genuinamente, que nos trazem prazer em si mesmas, não dependendo de recompensas externas. A ludicidade, incluindo brincar e jogar, talvez seja a expressão mais completa da motivação intrínseca. É um impulso prazeroso por si só, provavelmente fixado em nossos instintos por nos levar a praticar habilidades e adquirir competências. E é por isso que sugiro que presenteemos com jogos. Apesar de divertidos, eles são mais sérios do que imaginamos quando se considera o quanto preenchem nossas necessidades de autonomia – já que nos jogos somos obrigados a fazer nossas próprias escolhas -, competência – uma vez que estamos praticando ali diversas habilidades -, e obviamente relacionamentos – peça chave dos jogos de tabuleiro.

Seja qual for o perfil da pessoa que você precisa presentear, com a quantidade de títulos que temos disponíveis hoje em dia é impossível não encontrar uma opção que a agrade, pois há alguns lançamentos recentes que mostram essa profusão de possibilidades.

É possível jogar individualmente, de dois a quatro jogadores, e também formar duplas, o que acrescenta mais uma camada de desafio às partidas, já que é preciso entrar perfeita em sintonia com o parceiro.

Texto de Daniel de Barros (adaptado). Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/colunistas/tubo-de-ensaios/coluna/2025/11/>, acesso em 13 de dezembro de 2025

QUESTÃO 01

Na introdução do texto, o autor faz referência a dados sobre gastos com presentes indesejados. O objetivo comunicacional dessa referência é

- (A) criticar o exagero do consumo que movimentou o mercado de presentes durante as festas de fim de ano.
- (B) fundamentar a argumentação ao mostrar a dimensão do problema a partir de dados quantitativos.
- (C) ironizar a forma como determinadas pessoas escolhem presentes totalmente inadequados.
- (D) demonstrar que a prática de presentear é culturalmente preservada e deve ser sempre mantida.
- (E) introduzir a ideia de que presentear é uma prática que depende mais da intuição emocional do que da racionalidade crítica.

QUESTÃO 02

O emprego da pergunta retórica: “Seria possível contar com auxílio da ciência para acertar no presente?” cumpre, no texto, a função de

- (A) propor uma reflexão sobre as tradições sociais e conectá-las com conceitos científicos.
- (B) introduzir uma reflexão que será refutada adiante pela argumentação do autor.
- (C) marcar uma mudança temática, direcionando o texto para a apresentação de uma solução baseada em teoria psicológica.
- (D) questionar a validade de pesquisas sobre comportamento humano no contexto do consumo.
- (E) reforçar a crítica do autor sobre a necessidade inevitável que todos têm de presentear.

QUESTÃO 03

O autor afirma que os jogos “são mais sérios do que imaginamos”. Essa afirmação enfatiza que o (a)

- (A) prática lúdica possui função utilitária, no entanto, não é capaz de promover interação social.
- (B) ludicidade opera como mecanismo singular de entretenimento, mas carrega efeitos psicológicos danosos.
- (C) jogo é considerado complexo demais para satisfazer a necessidades específicas.
- (D) atividade de jogar promove desenvolvimento de habilidades que vão além do simples divertimento.
- (E) mercado de jogos se tornou tão sofisticado que provoca indecisões nos consumidores.

QUESTÃO 04

Ao explicar os três pilares da Teoria da Autodeterminação (autonomia, competência e relacionamento), o autor tem como objetivo

- (A) demonstrar que essas categorias explicam a motivação por presentes mais modestos e selecionados.
- (B) evidenciar que jogos de tabuleiro podem atender simultaneamente necessidades psicológicas comuns a todos.
- (C) sugerir que o mercado de jogos se aproveita dessas necessidades para atrair, cada vez mais, os consumidores.
- (D) opor a motivação intrínseca à extrínseca, sustentando que apenas esta última orienta a preferência por determinados jogos.
- (E) relativizar a importância de vínculos sociais, já que os jogos podem funcionar como uma forma de lidar com as emoções.

QUESTÃO 05

No trecho: “Seja qual **for** o perfil da pessoa que você precisa presentear, com a quantidade de títulos que temos disponíveis hoje em dia é impossível não encontrar uma opção que a **agrada**”, as formas verbais destacadas estão flexionadas, respectivamente, no tempo e modo:

- (A) presente do indicativo e presente do subjuntivo.
- (B) presente do subjuntivo e futuro do subjuntivo
- (C) pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (D) futuro do presente do indicativo e imperativo afirmativo.
- (E) futuro do subjuntivo e presente do subjuntivo.

QUESTÃO 06

No período composto: “É possível jogar individualmente, de dois a quatro jogadores, e também formar duplas [...]”, tem-se a presença de orações subordinadas do tipo:

- (A) adverbial final.
- (B) adjetiva restritiva.
- (C) substantiva subjetiva.
- (D) substantiva completiva nominal.
- (E) adverbial concessiva.

QUESTÃO 07

No excerto: “[...] o que acrescenta mais uma **camada** de desafio às partidas” o vocábulo destacado opera figuradamente para indicar, no contexto, um (a)

- (A) nível adicional de complexidade na dinâmica do jogo.

- (B) etapa física do tabuleiro adicionada pelos jogadores.
- (C) barreira emocional que impede a fluidez da partida.
- (D) característica estrutural inerente a jogos cooperativos.
- (E) mecanismo matemático que determina a duração dos desafios.

QUESTÃO 08

No trecho: “apesar de divertidos, eles são mais sérios do que imaginamos”, a vírgula foi empregada para

- (A) introduzir uma explicação, funcionando como um aposto explicativo
- (B) marcar a omissão de um verbo, exigindo pausa obrigatória.
- (C) separar orações coordenadas explicativas.
- (D) separar o adjunto adverbial concessivo deslocado.
- (E) indicar interrupção enfática do enunciado, marcada pela entoação.

QUESTÃO 09

Quanto à classificação morfológica, está, corretamente, classificado o vocábulo destacado no trecho abaixo:

- (A) – aquela força que **nos** leva a fazer as coisas [...] – PRONOME PESSOAL OBLÍQUO TÔNICO.
- (B) [...]aquela força que nos leva a fazer as coisas porque queremos genuinamente, **que** nos trazem prazer em si mesmas [...]. - CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA INTEGRANTE.
- (C) [...] pois há alguns lançamentos recentes **que** mostram essa profusão de possibilidades. [...] PRONOME RELATIVO.
- (D) [...] quando se considera **o** quanto preenchem nossas necessidades de autonomia [...]. PRONOME PESSOAL OBLÍQUO ÁTONO.
- (E) – já que nos jogos somos obrigados **a** fazer nossas próprias escolhas [...]. ARTIGO DEFINIDO FEMININO.

QUESTÃO 10

Em: “De acordo com a Teoria da **Autodeterminação**, proposta nos anos 1970”, o vocábulo em destaque é formado por prefixo e sufixo e está corretamente grafado, conforme o Acordo ortográfico entre os países que falam a Língua Portuguesa. Também está corretamente grafado, conforme esse Acordo:

- (A) Auto-ajuda.
- (B) Auto-piedade.
- (C) Auto-suficiente.
- (D) Auto-comoção.
- (E) Autorretrato.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÃO 11

O tempo t (em minutos) necessário para que uma impressora imprima um mesmo lote de páginas é inversamente proporcional à velocidade v (em páginas por minuto). Quando a impressora está configurada para 40 ppm, ela leva 24 minutos para concluir o lote. Se a velocidade for aumentada para 60 ppm, quanto tempo a impressora levará para concluir o mesmo lote?

- (A) 12 minutos
- (B) 14 minutos
- (C) 18 minutos
- (D) 16 minutos
- (E) 20 minutos

QUESTÃO 12

Quatro amigos – Ana, Bruno, Carla e Daniel – alinham-se em fila única, todos olhando para a mesma direção (ou seja, *frente* indica quem está à frente na fila). Sabendo-se que:

1. Ana está à frente de Bruno.
2. Daniel está à frente de Ana.
3. Carla está atrás de Bruno.

Qual é a ordem correta das pessoas da frente para trás?

- (A) Daniel, Ana, Bruno, Carla.
- (B) Ana, Daniel, Bruno, Carla.
- (C) Daniel, Bruno, Ana, Carla.
- (D) Bruno, Ana, Daniel, Carla.
- (E) Carla, Bruno, Ana, Daniel.

QUESTÃO 13

As dimensões de um paralelepípedo reto-retângulo são proporcionais a 2, 3 e 4. Sabendo que o volume desse sólido é 648 cm^3 , qual a área da maior face do paralelepípedo?

- (A) 36 cm^2
- (B) 54 cm^2
- (C) 72 cm^2
- (D) 81 cm^2
- (E) 108 cm^2

QUESTÃO 14

Em um triângulo retângulo, o cateto menor mede 12 cm e a hipotenusa mede 20 cm. Qual é o valor do perímetro desse triângulo?

- (A) 32 cm
- (B) 44 cm
- (C) 48 cm
- (D) 50 cm
- (E) 96 cm

QUESTÃO 15

O preço de uma camisa era de R\$ 100,00. Em determinado mês, ela sofreu dois aumentos sucessivos: primeiro 4%, depois 6% sobre o novo valor. Qual passou a ser o preço final da camisa?

- (A) R\$ 110,00
- (B) R\$ 110,24
- (C) R\$ 112,00
- (D) R\$ 114,24
- (E) R\$ 120,00

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Sobre o sistema operacional Windows, analise as afirmações a seguir:

- I. O Windows permite a execução simultânea de vários programas.
- II. O Windows é um software de código aberto.
- III. O Gerenciador de Tarefas permite visualizar processos em execução.
- IV. O Windows é responsável apenas pela interface gráfica do computador.

Pode-se afirmar que estão corretos, apenas:

- (A) I e III
(B) II e IV
(C) I, II e III
(D) I, III e IV
(E) II, III e IV

QUESTÃO 17

Sobre os conceitos básicos de Internet, analise os itens a seguir:

- I. E-mail é um serviço que depende exclusivamente de conexão local.
- II. Sites da Internet são armazenados localmente no computador do usuário.
- III. Navegadores de Internet são programas utilizados para acessar e visualizar conteúdos disponíveis na web.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correto.
(B) Apenas II está correto.
(C) Apenas III está correto.
(D) Apenas I e II estão corretos.
(E) Apenas II e III estão corretos.

QUESTÃO 18

Sobre os conceitos de cópia de segurança (*backup*), analise os itens a seguir:

- I. *Backup* substitui completamente a necessidade de antivírus.
- II. Dispositivos externos e serviços em nuvem podem ser usados para *backup*.
- III. É recomendado realizar *backup* apenas quando ocorre um problema no computador.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correto.
(B) Apenas II está correto.
(C) Apenas III está correto.

- (D) Apenas I e II estão corretos.
(E) Apenas II e III estão corretos.

QUESTÃO 19

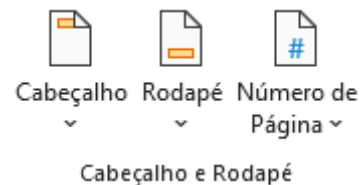
Julgue os itens a seguir como verdadeiro (V) ou falso (F), no que diz respeito aos recursos existentes na ferramenta Microsoft Excel e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Os estilos são usados para realizar cálculos automáticos.
() Toda fórmula deve começar com o símbolo igual (=).
() Uma referência de intervalo válida no Excel sempre começa com o número da linha e a letra da coluna (por exemplo, 1A, 1B).

- (A) V V V
(B) V V F
(C) F V V
(D) F F V
(E) F V F

QUESTÃO 20

Sobre o recurso de cabeçalho e rodapé existente na ferramenta Microsoft Word, analise os itens a seguir:



- I. O cabeçalho ajuda a repetir conteúdo na parte superior de cada página.
- II. O rodapé ajuda a repetir conteúdo na parte lateral esquerda de cada página.
- III. Números de página podem ser colocados apenas na parte inferior da página.

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correto.
(B) Apenas II está correto.
(C) Apenas III está correto.
(D) Apenas I e II estão corretos.
(E) Apenas II e III estão corretos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS E LOCAIS

QUESTÃO 21

Um grupo de cidadãos, insatisfeito com a ausência de uma política pública de saneamento básico em seu município, decide se organizar para propor um projeto de lei de iniciativa popular à Câmara Municipal. Para que a proposta seja protocolada e siga para deliberação, considerando as normas da Constituição Federal sobre a organização dos municípios e os direitos políticos, qual requisito é indispensável?

- (A) A subscrição do projeto por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.
- (B) A manifestação de interesse por parte de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal, que então apadrinharão a proposta popular.
- (C) A aprovação prévia do projeto em uma audiência pública convocada pelo Poder Executivo municipal, com a presença de representantes da sociedade civil.
- (D) A subscrição da proposta por, no mínimo, 5% do eleitorado do município, demonstrando a relevância e o apoio popular à iniciativa legislativa.**
- (E) A coleta de assinaturas de 1% dos cidadãos residentes na cidade, independentemente de sua situação eleitoral, desde que maiores de 16 anos.

QUESTÃO 22

Durante uma operação de fiscalização ambiental em uma área de preservação permanente, agentes do IBAMA constatarem a construção de uma estrada por uma empresa privada, sem o devido licenciamento ambiental. A empresa alega que a obra é de utilidade pública, pois facilitará o acesso a uma comunidade isolada. Com base na Política Nacional do Meio Ambiente e na responsabilidade por danos ambientais, qual é a consequência jurídica mais adequada para a situação?

- (A) A responsabilidade da empresa será subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa para a aplicação de sanções, dada a alegada utilidade pública da obra.
- (B) A empresa poderá ser responsabilizada nas esferas administrativa, civil e penal, de forma independente e cumulativa, independentemente da alegação de utilidade pública.**
- (C) A obra deverá ser imediatamente regularizada por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta

(TAC), isentando a empresa de qualquer sanção penal, desde que repare o dano.

- (D) A responsabilidade será exclusivamente civil, focada na reparação do dano ambiental, afastando-se a aplicação de multas administrativas ou sanções penais.
- (E) O município onde a obra está localizada será o único responsável, pois a fiscalização do uso do solo é de sua competência primária, isentando a empresa privada.

QUESTÃO 23

Um indivíduo, ao presenciar um assalto em andamento dentro de um ônibus, reage e, utilizando técnicas de artes marciais, imobiliza o assaltante, causando-lhe lesões corporais de natureza grave. Posteriormente, em juízo, o indivíduo alega ter agido em legítima defesa de terceiro. Analisando o caso sob a ótica das causas excludentes de ilicitude do Direito Penal, qual das alternativas apresenta a análise correta?

- (A) A ação será considerada atípica, pois a defesa do patrimônio alheio em transporte público não configura crime, afastando a necessidade de analisar a ilicitude.
- (B) Para que a legítima defesa de terceiro seja reconhecida, seria necessário que a vítima do assalto estivesse em risco de morte iminente, o que não é o caso em um roubo.
- (C) A ação do indivíduo pode ser enquadrada como legítima defesa, desde que se comprove o uso moderado dos meios necessários para repelir a injusta agressão, atual ou iminente, a direito alheio.**
- (D) O excesso punível será automaticamente configurado pela produção de lesão corporal grave, independentemente da proporcionalidade da reação, tornando a conduta ilícita.
- (E) A conduta será enquadrada como exercício regular de um direito, pois todo cidadão tem o dever de intervir para impedir a prática de crimes, não se falando em legítima defesa.

QUESTÃO 24

Analise as seguintes afirmações sobre os princípios e regras do Direito Administrativo brasileiro:

- I. O poder de polícia da Administração Pública permite a restrição de direitos individuais em prol do interesse coletivo, mas sua aplicação em excesso ou com desvio de finalidade pode caracterizar abuso de poder, passível de controle judicial.
- II. Um ato administrativo praticado por um agente incompetente, mas cujo conteúdo é lícito e o objeto possível, pode ser convalidado pela autoridade competente, produzindo efeitos retroativos (*ex tunc*), desde que não gere prejuízo a terceiros.
- III. O princípio da publicidade impõe que todos os atos da Administração sejam divulgados em Diário Oficial, sem exceção, para garantir a transparência e o controle social, sendo nulo qualquer ato que não cumpra tal formalidade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) d III, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 25

Um cidadão brasileiro naturalizado, residente no Brasil há 20 anos, cometeu um crime de tráfico internacional de drogas antes de obter a nacionalidade brasileira. Após a naturalização, uma nação estrangeira solicita sua extradição para que ele responda pelo crime lá cometido. De acordo com o Art. 5º da Constituição Federal, qual é a posição correta do Estado brasileiro?

- (A) A extradição poderá ser concedida, pois o crime de tráfico de drogas é considerado comum e foi praticado antes da naturalização.
- (B) A extradição será negada em qualquer hipótese, pois a Constituição veda a extradição de brasileiro, seja ele nato ou naturalizado.
- (C) A extradição será obrigatoriamente concedida, pois o crime de tráfico ilícito de entorpecentes é equiparado a hediondo e autoriza a extradição de naturalizados.
- (D) A extradição será negada, pois, embora o crime tenha sido praticado antes da naturalização, o longo período de residência no Brasil cria um vínculo que impede a medida.
- (E) A extradição poderá ser concedida apenas se houver tratado de extradição com o país solicitante e se o crime também for previsto na lei brasileira.

QUESTÃO 26

A Guarda Municipal de uma cidade, criada com base na Lei nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), realiza patrulhamento preventivo em uma praça e aborda um indivíduo em atitude suspeita. Durante a busca pessoal, encontra uma quantidade de substância análoga à cocaína, configurando, em tese, o crime de tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006). Qual o procedimento que se alinha à legislação e à jurisprudência dominante sobre a atuação das guardas municipais?

- (A) A guarda municipal não possui poder de polícia para realizar a busca pessoal, devendo a prova ser considerada ilícita e o indivíduo liberado imediatamente.
- (B) A guarda municipal pode, ela mesma, lavrar o auto de prisão em flagrante e iniciar o inquérito policial, dada a sua função de proteção de bens, serviços e instalações municipais.
- (C) A atuação é válida apenas se a praça for um bem municipal tombado; caso contrário, a abordagem excede a competência da guarda, que deveria apenas acionar a Polícia Militar.
- (D) Os guardas municipais devem conduzir o indivíduo e a substância apreendida à autoridade policial (Polícia Civil ou Federal), que formalizará a prisão em flagrante e a apreensão.
- (E) A prova será válida somente se a abordagem for filmada por câmeras corporais, conforme nova exigência do Conselho Nacional de Justiça para todas as forças de segurança.

QUESTÃO 27

Um motorista é flagrado conduzindo seu veículo com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, comprovada por teste de etilômetro. Além das sanções administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), ele também é processado criminalmente. No processo criminal, sua defesa alega que a punição administrativa (multa e suspensão do direito de dirigir) já é suficiente, e uma condenação penal configuraria *bis in idem*. Qual a análise correta dessa alegação?

- (A) A alegação é improcedente, pois as instâncias administrativa, cível e penal são independentes, e a conduta pode configurar tanto infração de trânsito quanto crime, permitindo a dupla punição.
- (B) A alegação procede, pois as esferas administrativa e penal não podem punir o mesmo fato, devendo prevalecer a sanção administrativa, que é mais célere.
- (C) A alegação procede parcialmente; o réu pode ser condenado penalmente, mas o valor da multa administrativa deverá ser descontado da pena de prestação pecuniária, se houver.
- (D) A alegação é improcedente, mas apenas porque o crime de embriaguez ao volante é de perigo abstrato, não se aplicando o mesmo raciocínio a outras infrações de trânsito.
- (E) A alegação procede, e o juiz criminal deve suspender o processo até o trânsito em julgado da decisão administrativa, para evitar decisões conflitantes.

QUESTÃO 28

Analise as seguintes afirmações sobre crimes contra a pessoa e o patrimônio, previstos no Código Penal:

- I. No crime de roubo, se a violência ou grave ameaça é empregada após a subtração da coisa, para assegurar a impunidade do crime ou a detenção do bem, configura-se o chamado roubo impróprio, cuja consumação ocorre com o emprego da violência.
- II. O crime de estelionato, em sua modalidade fundamental, passou a ser, como regra, de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, salvo exceções previstas em lei, como quando a vítima é a Administração Pública.
- III. O induzimento a suicídio ou automutilação somente é punível se da conduta resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, ou a morte da vítima. Se resultar apenas em lesão leve, o fato é atípico.

Está correto o que se afirma em:

- (A) Apenas I.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) Apenas II.

(E) I, II e III.

QUESTÃO 29

Um Guarda Municipal, durante uma perseguição a um suspeito de furto, efetua um disparo de advertência para o alto, em uma área urbana densamente povoada. O disparo não atinge ninguém, mas causa pânico. O suspeito é capturado logo em seguida, sem o bem furtado. Considerando a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), qual a tipificação penal da conduta do guarda?

- (A) A conduta é atípica, pois o disparo de advertência é um procedimento operacional padrão e configura estrito cumprimento do dever legal.
- (B) A conduta se enquadra no crime de disparo de arma de fogo, pois foi realizado em local habitado e em direção que não visava alvejar pessoa ou coisa determinada.
- (C) A conduta configura o crime de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019), pois o disparo foi desproporcional à situação, mas não um crime do Estatuto do Desarmamento.
- (D) A conduta é justificada pela excludente de ilicitude da legítima defesa de patrimônio alheio, já que visava impedir a fuga do autor do furto.
- (E) A conduta configura apenas uma infração administrativa disciplinar, a ser apurada pela corregedoria da guarda, sem repercussão na esfera penal.

QUESTÃO 30

Analise as seguintes afirmações sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal:

- I. O direito de reunião, embora assegurado a todos, exige prévia autorização da autoridade competente para sua realização, a qual poderá indeferir o pedido com base em critérios de conveniência e oportunidade.
- II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, e ninguém nela pode penetrar sem consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- III. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, mas sua dissolução compulsória pode ocorrer por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
(B) Apenas II.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

QUESTÃO 31

Um cidadão, inconformado com a demora na análise de seu pedido de aposentadoria junto ao INSS, que já ultrapassa em muito o prazo legal para uma resposta, decide buscar uma medida judicial. Qual remédio constitucional é o mais adequado para compelir a autoridade administrativa a analisar e decidir sobre seu pedido?

- (A) Habeas Corpus, pois a demora injustificada na concessão de um benefício previdenciário afeta sua liberdade de subsistência.
- (B) Mandado de Injunção, para que o Poder Judiciário crie a norma que regulamenta o prazo de análise dos processos administrativos.
- (C) Ação Popular, visando anular o ato omissivo da administração que causa prejuízo ao erário pela demora na gestão dos processos.
- (D) Habeas Data, para obter acesso às informações sobre o andamento de seu processo que lhe estão sendo negadas pela autarquia.
- (E) Mandado de Segurança, para proteger direito líquido e certo de obter uma resposta da administração em prazo razoável, não amparado por Habeas Corpus ou Habeas Data.

QUESTÃO 32

Durante uma abordagem policial, um indivíduo é algemado mesmo sem oferecer resistência, não apresentar risco de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia. A justificativa dos policiais foi a de "seguir o procedimento padrão para o tipo de ocorrência". Com base na Súmula Vinculante nº 11 do STF, qual a consequência jurídica dessa conduta?

- (A) A conduta é lícita, pois o uso de algemas é discricionário do agente policial, que avalia a necessidade no momento da abordagem.
- (B) A Súmula Vinculante nº 11 aplica-se apenas ao uso de algemas dentro de tribunais, não se estendendo a abordagens policiais em vias públicas.
- (C) A conduta gera apenas responsabilidade disciplinar para os policiais, sem afetar a validade da prisão ou das provas colhidas na ocorrência.
- (D) A prisão em flagrante pode ser relaxada, a eventual prova obtida pode ser considerada ilícita, e os agentes podem responder por abuso de autoridade.
- (E) O uso de algemas é sempre obrigatório em casos de crimes hediondos ou equiparados, independentemente da reação do suspeito.

QUESTÃO 33

Uma mulher, vítima de violência doméstica, obtém uma medida protetiva de urgência que proíbe seu ex-companheiro de se aproximar dela a uma distância mínima de 300 metros. Certo dia, ele deliberadamente a espera na saída do trabalho dela, posicionando-se a 100 metros de distância, em clara violação da ordem

judicial. Qual a consequência penal específica para a conduta do ex-companheiro?

- (A) Ele responderá apenas por desobediência (Art. 330 do CP), pois descumpriu uma ordem legal de funcionário público.
- (B) A conduta é atípica na esfera penal, devendo o juiz cível apenas reforçar a medida protetiva, talvez com o uso de tornozeleira eletrônica.
- (C) Ele cometerá o crime específico de descumprimento de medida protetiva de urgência, previsto no Art. 24-A da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).
- (D) Ele responderá pelo crime de ameaça (Art. 147 do CP), pois sua presença no local configura uma forma de intimidação, absorvendo o descumprimento da medida.
- (E) Ele poderá ser preso administrativamente pela autoridade policial por até 72 horas, como forma de garantir a eficácia da medida, sem que isso configure um novo crime.

QUESTÃO 34

Um terreno de propriedade de determinada Prefeitura Municipal, localizado em área urbana, está abandonado há décadas e não possui qualquer afetação a um uso público específico. Um grupo de famílias de baixa renda ocupa a área e, após cinco anos de posse ininterrupta e pacífica, busca o reconhecimento da usucapião. Com base no regime jurídico dos bens públicos, qual o desfecho da ação?

- (A) O pedido será julgado improcedente, pois os imóveis públicos, independentemente de sua categoria (uso comum, uso especial ou dominical), são insuscetíveis de usucapião.
- (B) O pedido será julgado procedente, pois se trata de usucapião especial urbana, e o imóvel não cumpria sua função social, aplicando-se as mesmas regras de um imóvel privado.
- (C) O pedido será julgado procedente, pois, embora bens públicos não possam ser usucapidos, a posse por famílias de baixa renda para fins de moradia é uma exceção constitucional.
- (D) O pedido será julgado improcedente, mas o juiz deverá determinar que a Prefeitura Municipal conceda às famílias a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, como medida de justiça social.
- (E) O pedido será julgado procedente apenas se o município, por meio de lei, desafetar o bem, transformando-o em bem privado, para então permitir a usucapião.

QUESTÃO 35

Um servidor público estável é submetido a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) por suposta prática de corrupção. Ao final do processo, a comissão processante opina pela demissão do servidor. A autoridade competente, no entanto, discorda da sugestão e aplica apenas uma suspensão de 90 dias. Anos depois, o mesmo servidor é absolvido na esfera criminal pelo mesmo fato, por negativa de autoria, em sentença transitada em julgado. Qual a consequência da absolvição criminal na esfera administrativa?

- (A) Nenhuma, pois as instâncias são independentes, e a punição administrativa já foi aplicada e cumprida, não podendo ser revista.
- (B) A punição de suspensão deve ser anulada, e o servidor terá direito à contagem do período como tempo de serviço e à devolução dos vencimentos não recebidos.
- (C) A absolvição criminal só vincularia a esfera administrativa se fosse por inexistência do fato, não por negativa de autoria, mantendo-se a punição.
- (D) O servidor deverá ingressar com uma nova ação na justiça para que a decisão criminal seja "convertida" em uma decisão administrativa, anulando a pena.
- (E) A administração deverá reabrir o PAD para adequar a punição, podendo, no máximo, converter a suspensão em uma advertência, mas não anulá-la completamente.

QUESTÃO 36

Um guarda municipal, durante seu patrulhamento regular em uma via pública adjacente a uma escola municipal, percebe uma discussão acalorada entre dois motoristas após uma pequena colisão de trânsito. Um dos motoristas, visivelmente alterado, saca uma arma de fogo e ameaça o outro. O guarda municipal intervém, dá voz de prisão ao indivíduo armado e o conduz à delegacia de polícia. A defesa do indivíduo preso alega a nulidade da prisão, argumentando que a atuação do guarda extrapolou sua competência, que seria restrita à proteção de bens, serviços e instalações do município. Considerando o Estatuto Geral das Guardas Municipais e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), qual a análise correta sobre a legalidade da ação do guarda municipal?

- (A) A prisão é ilegal, pois a competência das guardas municipais é taxativa e não inclui a repressão a crimes que não ocorram no interior de edifícios ou instalações municipais, devendo o guarda ter apenas acionado a Polícia Militar.
- (B) A prisão é legal apenas porque o fato ocorreu nas proximidades de uma escola municipal, bem público que atrai a competência da guarda. Se o mesmo fato ocorresse em uma rua qualquer, a prisão seria ilegal.
- (C) A prisão é parcialmente legal; o guarda poderia ter desarmado o indivíduo em legítima defesa de

terceiro, mas não poderia ter dado voz de prisão, ato privativo das polícias Civil e Militar.

- (D) A prisão é ilegal, pois a atuação das guardas municipais em matéria de segurança pública depende de convênio específico com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, o que não foi mencionado no caso.
- (E) A prisão é legal, pois, embora a função primordial da guarda seja a proteção do patrimônio municipal, a situação de flagrante delito de um crime grave (porte ilegal de arma e ameaça) autoriza qualquer do povo – e com mais razão um agente de segurança pública – a efetuar a prisão, conforme o Código de Processo Penal.

QUESTÃO 37

Durante uma blitz de fiscalização da Lei Seca, um motorista é parado por um agente de trânsito. O condutor não apresenta sinais notórios de alteração da capacidade psicomotora, como fala arrastada, odor etílico, vestes desalinhadas ou desequilíbrio. Ao ser solicitado a realizar o teste do etilômetro (bafômetro), o motorista se recusa. Diante da recusa, e sem a necessidade de outras provas, o agente de trânsito lavra um auto de infração com base no Art. 165-A do CTB ("Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa"). Considerando a legislação de trânsito e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, qual é a análise jurídica correta sobre a conduta do agente e as consequências para o motorista?

- (A) A atuação é ilegal, pois a recusa, por si só, não é suficiente para a punição. O agente deveria ter comprovado a alteração da capacidade psicomotora por outros meios admitidos em direito, como um vídeo ou um rol de testemunhas, para então aplicar a penalidade.
- (B) A atuação é inconstitucional, pois viola o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*). Portanto, o motorista não pode sofrer qualquer sanção administrativa por exercer um direito fundamental.
- (C) A recusa do motorista gera uma presunção absoluta de embriaguez, o que justifica não apenas a atuação administrativa, mas também a imediata condução do motorista à delegacia para responder pelo crime de trânsito previsto no Art. 306 do CTB.
- (D) A atuação é legal, pois a infração descrita no Art. 165-A é de mera conduta, sendo autônoma e se consumando com a simples recusa. As penalidades administrativas são as mesmas da embriaguez ao volante, mas tal conduta, isoladamente, não configura o crime de trânsito.
- (E) A atuação é nula, pois, para que a recusa seja passível de punição, o agente de trânsito é obrigado a preencher o Termo de Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora, descrevendo os sinais que o levaram a suspeitar do condutor, o que não ocorreu no caso.

QUESTÃO 38

A Fazenda Croatá desempenhou papel central na gênese do povoado que deu origem ao atual município. O modo como se deu sua implantação, bem como a escolha de seus responsáveis diretos, revela aspectos importantes da organização social e econômica regional naquele período. À luz do texto, a criação da Fazenda Croatá caracterizou-se principalmente por

- (A) resultar de um projeto coletivo conduzido por diversas famílias oriundas do Ceará, que ocuparam as margens do rio Inhuçu.
- (B) integrar uma política oficial de ocupação do interior promovida pelo governo provincial.
- (C) associar a posse da terra à delegação de sua administração a um núcleo familiar vindo de outro estado.
- (D) constituir-se como unidade produtiva voltada prioritariamente ao cultivo de milho.
- (E) ser fruto da iniciativa de pequenos agricultores locais organizados em sistema comunitário.

QUESTÃO 39

A seca de 1932 teve impactos significativos sobre diversas localidades do Ceará, incluindo Croatá. O relato histórico permite compreender não apenas os efeitos imediatos do fenômeno climático, mas também suas consequências sociais e demográficas. Com base no texto, a principal repercussão da seca de 1932 em Croatá foi

- (A) a substituição das atividades agrícolas por práticas comerciais urbanas.
- (B) a quase desocupação do povoado, com permanência de poucas famílias.
- (C) o deslocamento temporário da sede do distrito para município vizinho.
- (D) a intensificação de conflitos fundiários entre proprietários rurais.
- (E) a intervenção direta do governo estadual com obras emergenciais.

QUESTÃO 40

A evolução de Croatá, de um pequeno povoado a um município com vários distritos, demonstra um notável processo de expansão territorial e administrativa. A criação de novos distritos, como Repartição, Lagoa da Cruz e Vista Alegre em 2008, indica um crescimento contínuo e a necessidade de uma gestão mais descentralizada. Essa expansão reflete não apenas o aumento populacional, mas também o desenvolvimento de novas centralidades econômicas e sociais dentro do próprio município. Com base na trajetória de expansão de Croatá, pode-se afirmar que:

- (A) o município atingiu sua configuração territorial definitiva logo após a emancipação, não sofrendo alterações posteriores.
- (B) a criação de novos distritos foi um processo artificial, que não correspondeu a um crescimento real da população ou da economia.
- (C) a divisão em distritos gerou a fragmentação política e o enfraquecimento do município como um todo.
- (D) a sede do município sempre concentrou toda a população e a atividade econômica, sem o desenvolvimento de outros núcleos urbanos.
- (E) a expansão territorial e administrativa de Croatá demonstra a sua capacidade de se adaptar e de gerir um território em crescimento.